

Audiências vão analisar projeto

A Comissão Especial do Plano Diretor definiu, ontem, um cronograma de audiências públicas, a ser executado durante o recesso legislativo da Câmara Municipal, com o objetivo de iniciar a análise do projeto de lei que trata sobre o parcelamento, o uso e a ocupação do solo de Fortaleza. A medida começou a tramitar no último dia 30, após cinco meses aguardando ser colocada em pauta pelo presidente Salmito Filho (PDT).

Com mais de 300 páginas e mais de 280 artigos, o projeto é um dos dispositivos que finalizam a regulamentação do Plano aprovado em 2009. A medida aponta diretrizes e objetivos do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, justificando que a estruturação visa propiciar condições urbanas mais adequadas ao município. Os encontros no auditório da Casa estão previstos para ocorrer nos dias 13, 20 e 27 de julho, a partir das 14h.

As audiências foram divididas pelos títulos do documento, sendo a primeira sobre o ordenamento territorial e o zoneamento urbano. No dia 20, os vereadores devem discutir o parcelamento e o uso e ocupação do solo e, no dia 27 do mês, tratar sobre sistema viário e estacionamento, execução do poder de polícia do governo e disposições finais.

Na ocasião, os membros do colegiado presidido por Fábio Braga (PTN) definiram Marcus Teixeira (PDT) como relator do projeto. De acordo com Braga, a escolha foi baseada na experiência do parlamentar. O presidente da Comissão Especial explicou que as audiências devem ter início com a leitura dos artigos da proposta e com a explanação dos técnicos da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) para depois ser aberto para as falas dos vereadores e dos segmentos presentes. Se for necessário, também deve ocorrer nova fala dos técnicos da Seuma.

Segundo ele, a ideia é discutir amplamente o projeto neste mês de julho e em agosto iniciar o recebimento das emendas dos parlamentares. “Acho que é um projeto de lei que vai receber emendas de todos os vereadores que sabem de reclamações de uma lei de 20 anos”, disse.

Entre os segmentos citados na reunião de ontem para convite oficial, estão a Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará, Ministério Público do Estado, Sinduscon, Federação de Bairros e Favelas, Câmara de Dirigentes Lojistas, entre outros. Braga apontou que o projeto só deve ser colocado em pauta depois de todas as dúvidas dos vereadores serem sanadas.